



CÂMARA DOS DEPUTADOS

COMISSÃO DE EDUCAÇÃO

REQUERIMENTO N.º , DE 2023
(Da Sra. Professora Goreth)

Requer a realização de audiência pública desta Comissão para debater sobre as ações do Poder Público para a Recomposição das Aprendizagens no Pós-Pandemia.

Senhor Presidente,

Requeiro a Vossa Excelência, nos termos do art. 58, 2º, II, da Constituição Federal, e do art. 24, III, e 255, ambos do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, a realização de audiência pública para debater sobre as ações do Poder Público para Recomposição das Aprendizagens no Pós-Pandemia.

Para tanto, gostaríamos de sugerir os seguintes convidados, que poderão apresentar relevantes informações sobre o tema:

- 1) **Kátia Helena Serafina Cruz Schweickardt – Secretária de Educação Básica – MEC;**
- 2) **Vitor de Angelo – presidente do Conselho do Secretários de Educação Estaduais – CONSED;**
- 3) **Alessio Costa Lima – presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação – UNDIME;**
- 4) **Representante do Todos Pela Educação;**
- 5) **Representante do Instituto Natura;**
- 6) **Representante da Fundação Lenman;**

Sala das Comissões, em 27 de março de 2023.

PROFESSORA GORETH
Deputada Federal – PDT/AP





CÂMARA DOS DEPUTADOS

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia do novo coronavírus trouxe enormes desafios para a sociedade como um todo. O poder público precisou direcionar seus esforços para duas áreas fundamentais: a saúde e a economia. Desde o início da pandemia, o governo federal, estadual e municipal empreenderam diversas ações para minimizar o impacto da crise sanitária, como o aumento de leitos hospitalares, a aquisição de insumos médicos, a ampliação da testagem e a campanha de vacinação em massa.

Ao mesmo tempo, a economia também foi fortemente afetada pela pandemia, e medidas de apoio foram adotadas pelo governo para minimizar os impactos econômicos, como o auxílio emergencial, a liberação de crédito para empresas e a redução de impostos.

No entanto, mesmo com todos esses esforços, a área da educação acabou ficando em segundo plano. A ausência de legislação e políticas públicas específicas para a recomposição de aprendizagens no pós-pandemia tem sido um grande desafio enfrentado pelas escolas, professores e estudantes, para ser mais específico, apenas um decreto do MEC abordou o tema (decreto nº 11.079/2022).

Além disso, o investimento e o incentivo para apoiar as ações de recomposição de aprendizagem também têm sido insuficientes. As escolas, em muitos casos, tiveram que se adaptar rapidamente a novos modelos de ensino remoto, sem o suporte necessário para uma transição eficiente. Os professores, por sua vez, precisaram lidar com a falta de capacitação adequada para o uso das tecnologias digitais e o desafio de manter o engajamento dos estudantes.

Sem falar que o resultado da pandemia aumentou ainda mais as desigualdades entre ricos e pobres no país, especialmente na Educação. Os efeitos do fechamento das escolas impactaram profundamente a vida dos estudantes das redes públicas de ensino, sobretudo os que estão em situação de maior vulnerabilidade.

Além do aumento de casos de depressão e ansiedade entre os estudantes, o retorno das aulas presenciais também revelou outra grande preocupação: a defasagem escolar. Para a maioria das crianças e adolescentes, foram dois anos em que o ensino foi apenas remoto. Apesar dos inúmeros esforços dos professores e Secretarias de Educação, sabemos que o ensino foi pouco efetivo.

E há ainda as crianças que não tinham acesso à tecnologia, antes mesmo da chegada do coronavírus. Infelizmente, esse grupo que é composto por um número maior de crianças pobres e pretas, não teve nem mesmo acesso à Educação básica.

Com isso, a inércia do poder público em relação à recomposição de aprendizagem pós-pandemia tem gerado um grande impacto na vida dos estudantes e na qualidade da educação. Parece que com o término da pandemia, as coisas na educação voltaram ao normal, de onde parou. Mas não é o certo, visto o grande prejuízo na aprendizagem dos estudantes e que precisam urgentemente ser





CÂMARA DOS DEPUTADOS

recompostos.

Temos alunos que em 2020 iria fazer a 1ª série do ensino médio, e em 2022 voltou para a escola para cursar a 3ª série do ensino médio, e ainda se preparar para a faculdade. Onde estão esses alunos? E tivemos alunos que entrariam em 2020 para cursar o 1º ano dos Anos Iniciais do Ensino Fundamental, e voltou em 2022, para cursar 3º ano, ou seja, nível de ensino que obrigatoriamente tem que saber ler. Em 2023 cursará o 4º ano, e como está aprendizagem desses estudantes?

É necessário que o poder público adote medidas mais efetivas para apoiar as escolas, professores e estudantes na retomada das atividades educacionais presenciais e na superação dos impactos da pandemia. É fundamental que haja investimento em recursos e capacitação, além de políticas públicas específicas para a área da educação. A recomposição de aprendizagem é um desafio que precisa ser enfrentado com seriedade e comprometimento pelo poder público.

Por isso, a matéria precisa ser tratada nesse parlamento para que ações efetivas possam lidar com esse cenário no curto, médio e longo prazo, articulando ações entre poder público, setor privado e sociedade civil com foco em inclusão, equidade e recomposição das aprendizagens, em um movimento que deve ser coordenado nacionalmente e que precisa contar ininterruptamente com essa Comissão de Educação.

Portanto, diante do exposto, e considerando a importância da matéria e dos riscos que possa trazer à sociedade, solicito o apoio dos nobres pares para aprovar este importante requerimento.

Sala das Comissões, em 27 de março de 2023.

Professora Goreth

Deputada Federal – PDT/AP

